

Direitos Humanos e Estudos afro-brasileiros e africanos

**"O banzo não é só saudade": subjetividades negras e o Candomblé
como espaço de cura na diáspora**

Ana Laura Brito¹
Francesco Romizi²

¹ Mestranda no PPGAS/UFMS, e-mail: nalauraruf@gmail.com

² Doutor em antropologia, professor no ppgas/ufms, e-mail: francesco_romizi@ufms.br

Resumo: Este artigo discute o banzo como trauma ancestral da diáspora negra e as potencialidades do Candomblé como espaço de reterritorialização. O problema central reside na persistência dessa dor subjetiva diante do racismo estrutural e do epistemicídio. O objetivo é analisar, teoricamente, como as comunidades de terreiro operam enquanto tecnologias de cura e reconstrução identitária. Metodologicamente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema, articulando conceitos da Antropologia e da Geografia Cultural. Os resultados indicam que o Candomblé, por meio de seus símbolos e práticas, cria formas de enfrentamento ao trauma colonial, permitindo que experiências de desterro sejam reelaboradas como pertencimento e ação política.

Palavras-chave: Banzo; Candomblé; Diáspora Negra; Reterritorialização; Epistemologias Negras

Abstract: This article discusses banzo as an ancestral trauma of the Black Diaspora and the potential of Candomblé as a space for reterritorialization. The central problem lies in the persistence of this subjective pain in the face of structural racism and epistemicide. The objective is to theoretically analyze how candomblé communities operate as technologies for healing and identity reconstruction. Methodologically, a literature review analysis was conducted, articulating concepts from Anthropology and Cultural Geography. The results indicate that Candomblé, through its symbols and practices, creates ways of confronting colonial trauma, allowing experiences of displacement to be reworked into forms of belonging and political agency.

Keywords: Banzo; Candomblé; Black Diaspora; Reterritorialization; Black Epistemologies.

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o banzo exige o reconhecimento de uma ferida aberta na experiência histórica da diáspora negra. Trata-se de uma dor que ultrapassa o tempo histórico, atravessando gerações e se atualizando nas experiências contemporâneas. Porém, na história, esse sentimento foi capturado pelo olhar colonial e reduzido à categoria de patologia. Como demonstra Oda (2008), a historiografia da psicopatologia brasileira do século XIX classificava o banzo como uma "nostalgia mortal", uma enfermidade grave causada pela saudade e pela perda da liberdade, que levava a pessoa escravizada ao definhamento físico até chegar à morte.

Aprofundando essa crítica à patologização, Marcassa (2016) propõe que o banzo não deve ser confundido com a melancolia europeia, mas sim compreendido

como uma “enfermidade da lógica colonial”. Segundo a autora, o banzo é o “nó na garganta” que arrasta a voz para o mudo, um estado de impoder da vida diante da expropriação absoluta. Assim, o banzo deixa de ser uma saudade romântica para se tornar um trauma que ressoa na subjetividade negra contemporânea, exigindo dispositivos de escuta que transbordem a clínica tradicional.

A compreensão do banzo como categoria histórica exige que miremos para as narrativas da época. Oda (2008) resgata que a medicina tentava descrever o que os olhos dos colonizadores eram capazes de ver, mas não de sentir ao dizer que:

O banzo seria um estado de profunda prostração e nostalgia que acometia os negros recém-chegados da África, levando-os à recusa de alimentos, ao isolamento e, por fim, à morte. No século XIX, médicos como Sigaud e Chernoviz buscavam causas orgânicas para o fenômeno, mas a literatura da época já sugeria que a causa residia na perda da liberdade e no desenraizamento absoluto. (ODA, 2008, p. 740).

A transformação dessa nostalgia em mecanismos de exclusão revela que o banzo não foi apenas uma reação ao cativeiro, mas a manifestação de uma ruptura ontológica. O morrer de banzo configurava-se como uma recusa radical de um corpo que, privado de seu território e de seus pares, elegia o retorno ao ancestral como salvaguarda da própria dignidade. Na modernidade, essa ferida se atualiza: não mais na morte física imediata, mas no sofrimento de existir em um mundo que tenta, a todo tempo, apagar as marcas de sua origem.

Essa dor não se encerra no passado; ela se transmuta em um trauma coletivo que, como argumenta Mota (2019), produz na psique negra marcas de uma violência contínua. É o que o autor denomina como um “navio-fantasma” que navega nas raízes da alma brasileira, assombrando a saúde mental contemporânea através de sintomas e silêncios. Nesse sentido, o banzo pode ser compreendido como uma ausência produzida historicamente, que se manifesta como herança emocional associada à travessia atlântica.

Nesse cenário do desterro, o Candomblé surge como território de retomada. Segundo Corrêa (2006), o terreiro pode ser entendido como a materialização de um “território transposto”, no qual referências africanas são reconstruídas por meio das práticas rituais.. Essa reconstrução converge para o quilombismo espiritual de

Abdias do Nascimento (2002), fundamentando uma sobrevivência que é, ao mesmo tempo, política e psíquica. Investigar o banzo a partir do terreiro é, portanto, um gesto de insurgência e "enegrecimento" das práticas de cuidado (SANTOS, 2019).

Portanto, é nas encruzilhadas dessas ideias, que este trabalho se forja, no desejo de escutar o banzo em sua profundidade, compreendendo os terreiros como fundamentos de resistência onde os traumas da diáspora são reelaborados em narrativa viva de continuidade. O que move esta escrita é uma escuta comprometida com as vozes que o colonialismo tentou calar, afirmando que nossos modos de existir, sofrer e curar constituem ciência, saber e tecnologia ancestral. A partir disso, a questão central que guia esta reflexão é: de que maneira os terreiros de Candomblé operam como territórios de reterritorialização, acolhendo e ressignificando as manifestações do banzo na experiência da diáspora africana no Brasil?

Este artigo vincula-se à pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMS, que se encontra em sua fase de delimitação de campo e amadurecimento teórico. A investigação parte da hipótese de que o terreiro opera como uma “clínica extensiva” (SOARES, 2021), funcionando como um espaço de escuta e acolhimento para experiências marcadas pelo racismo estrutural. Diferente de uma clínica tradicional e individualizante, a cura do banzo no axé se dá pela reinserção do sujeito em uma rede de parentesco ritual que reconstrói o sentido de comunidade.

No plano metodológico, a pesquisa propõe uma etnografia, onde pretendo realizar a observação participante em comunidades de terreiro em Mato Grosso do Sul, buscando compreender como os fragmentos da diáspora são reunidos no cotidiano do rito. Através da convivência e do estar lá, o objetivo é analisar como as narrativas de sofrimento ético-político - o banzo contemporâneo - são acolhidas e transmutadas através de tecnologias ancestrais como a nomeação, o toque do atabaque e a biointeração (BISPO, 2007).

Como resultados esperados, esta investigação busca sistematizar de

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

que forma essas práticas de reterritorialização produzem saúde mental e insurgência subjetiva. Ao visibilizar o terreiro como um núcleo civilizatório produtor de saber, este trabalho pretende oferecer um contra-discurso ao epistemicídio acadêmico, afirmando que os modos de cuidar das comunidades de matriz africana no Mato Grosso do Sul são respostas fundamentais à crise de sentido imposta pela modernidade colonial.

2. DESENVOLVIMENTO: BANZO, O TRAUMA E A RETERRITORIALIZAÇÃO

2.1 Banzo: Da nostalgia colonial ao trauma coletivo contemporâneo

Ao analisarmos o impacto psíquico do racismo, percebemos que ele opera em camadas. Mota (2019) define essa persistência como um trauma que ultrapassa a barreira do tempo:

O trauma coletivo do racismo no Brasil funciona como um complexo cultural que se repete e se atualiza. Não é apenas um evento do passado, mas uma ferida que se reabre a cada episódio de violência simbólica ou física. O banzo moderno manifesta-se no sentimento de inadequação e no esvaziamento de sentido que o racismo estrutural impõe ao sujeito negro, funcionando como um mecanismo de controle social através do sofrimento psíquico. (MOTA, 2019, p. 42).

Mota (2019) destaca que o trauma não resolvido dos antepassados tende a ser transmitido transgeracionalmente, manifestando-se através de silêncios familiares e comportamentos de esquiva psíquica. O banzo contemporâneo pode ser interpretado como a “assombração” de uma história que não foi devidamente elaborada pelo luto social. Dentro da lógica do axé, o terreiro oferece o rito como uma possibilidade de luto coletivo e celebração, interrompendo a repetição do trauma ao oferecer um novo sentido à ancestralidade.

Neste sentido, Marcassa (2016) amplia a discussão ao caracterizar o banzo como um “nó na garganta” que silencia a voz e imobiliza o desejo. Para a autora, essa manifestação não é uma simples tristeza, mas um silenciamento traumático imposto pela expropriação da vida. Ao investigar o banzo sob a ótica da psicologia

clínica, Marcassa demonstra que a voz é o lugar onde a dor se manifesta e onde a cura deve começar. Essa perspectiva é central para esta pesquisa, pois permite observar como o Candomblé, através de seus cânticos e nomes sagrados, opera justamente no desatamento desse nó, devolvendo ao sujeito a capacidade de performar sua própria existência.

Para compreender a profundidade do banzo na contemporaneidade, é necessário realizar uma análise profunda desse sentimento no pensamento social brasileiro. Historicamente, o olhar colonial tentou domesticar a dor do desterro através da patologização. Conforme demonstra Oda (2008), a medicina do século XIX classificava o banzo como uma "nostalgia mortal" (do grego *nostos*, volta, e *algos*, dor). Era descrita como uma enfermidade que atacava o corpo através da exacerbação de paixões tristes, levando o sujeito escravizado a um estado de inanição e definhamento físico que muitas vezes levava à morte. Todavia, através da lente decolonial, o que a medicina chamava de patologia era uma reação subjetiva e política à desumanização extrema.

Essa dor transborda o corpo individual para o corpo coletivo da população negra brasileira. Mota (2019) oferece uma chave de leitura fundamental ao caracterizar o racismo como um trauma coletivo. O banzo, neste contexto, ressurge como um complexo cultural que assombra a subjetividade e se manifesta como uma sensação de "não-pertencimento".

Dessa forma, o confronto entre o trauma coletivo de Mota (2019) e o "silenciamento da voz" de Marcassa (2016) fundamenta a necessidade desta investigação de mestrado. Minha hipótese de partida é que o banzo contemporâneo atua como um mecanismo micropolítico de desterritorialização da alma. Assim, o terreiro não seria apenas um espaço religioso, uma prática ancestral que contribui para ressignificar experiências do passado, reinserindo o sujeito em relações de pertencimento. É este processo de transmutação do trauma em axé que será investigado durante a fase de campo, buscando entender como os corpos negros em Mato Grosso do Sul renegociam seus lugares de fala e de vida diante do racismo estrutural.

2.2 As Nações de Candomblé: Retomando a Língua e o Nome

A reterritorialização nas casas de axé opera a retomada de tudo o que foi interdito: a língua, o nome e o pertencimento. O projeto colonial baseava-se no epistemicídio, ou seja, o apagamento sistemático dos saberes e nomes africanos. No entanto, o terreiro preservou as gramáticas como forma de resistência. Nas casas de Nação Ketu, preserva-se a herança lorubá e a interlocução com os Orixás; nas casas de Angola e Congo, a força dos Nkisis e a matriz Banto; nas casas de Jeje, o culto aos Voduns e a tradição Ewe-Fon.

Essa reconstrução das Nações é o que Soares (2021) define como o movimento de produção de “trajetórias possíveis”. Para o autor, as narrativas de autoria negra são fundamentais para deslocar o sujeito do lugar de objeto do trauma para o lugar de mestre de sua própria história. No contexto desta pesquisa, as Nações de Candomblé são lidas como matrizes que oferecem essas novas trajetórias, transformando experiências de desterro em formas de pertencimento e continuidade cultural.

No momento em que um iniciado recebe sua dijina (nome sagrado), o nome dado pelo colonizador, carregado de estigma, é substituído por um nome que carrega uma linhagem de divindades. A língua que foi silenciada volta a ser ouvida e falada nos cânticos rituais (*orikis, rezas, pontos*). Cantar para um Nkisi ou um Orixá é, antes de tudo, um ato de fala política. O terreiro possibilita que o sujeito retome formas de nomear o sagrado e a si mesmo em línguas que foram historicamente silenciadas, transformando o "estrangeiro em terra estranha" em um herdeiro de uma cidade-reino ancestral.

Essa retomada linguística e nominal não é apenas um adereço cultural, mas uma tecnologia de sobrevivência psíquica. O banzo, enquanto trauma do desterro, alimentava-se do silêncio e da impossibilidade de dizer quem se era. Ao vocalizar cânticos nas línguas lorubá, Fon ou Quimbundo, o terreiro quebra a hegemonia da língua do colonizador, ferramenta histórica de adestramento e apagamento. Assim, o Candomblé opera como um arquivo vivo, onde o Estado brasileiro tentou instaurar

o esquecimento, as Nações Ketu, Angola e Jeje instauraram a memória.

É nesse “arquivo vivo” das Nações que minha investigação de mestrado pretende mergulhar. Tomando como base a tese de Marcassa (2016) sobre os “sons de banzo”, pretendo observar como as vivências do terreiro, desde a sonoridade dos orikis, rezas e pontos atua como um dispositivo clínico-político que restituir a capacidade de enunciação do sujeito imposto pelo racismo. O objetivo é investigar, junto a comunidades de terreiro em Campo Grande e região, como a retomada do nome e da língua sagrada opera uma reconfiguração subjetiva. A hipótese central é que fazer parte de uma comunidade de terreiro funciona como uma tecnologia de cura, permitindo que o sujeito saia do silenciamento traumático para uma afirmação plena de sua identidade ancestral. Os resultados esperados visam sistematizar essas práticas como formas legítimas de produção de saúde e saber no Mato Grosso do Sul para pessoas negras.

2.3 O terreiro como geossímbolo e território transposto

A reterritorialização não é apenas ocupar um espaço físico, mas dar a ele um novo sentido existencial. Corrêa (2006) explica como o terreiro se torna esse espaço de reterritorialização:

O terreiro é a materialização de um território transposto - a África - que pela imaginação geográfica se materializa em terra brasileira por meio da ação de recomposição étnica. No território-terreiro observamos a reterritorialização da cidade-reino africana por geossímbolos que compõem seu arranjo espacial, preparando o cenário para os orixás virem visitar seus filhos em terra estrangeira e os fortalecer na construção de sua identidade política, social e religiosa. (CORRÊA, 2006, p. 52).

Para aprofundar a ideia de reterritorialização, é preciso evocar o conceito de Quilombo como território de continuidade. Beatriz Nascimento (2018) nos ensina que o quilombo não é apenas um refúgio histórico, mas uma postura diante do mundo:

O quilombo é o território da liberdade, mas é também o território da memória. O homem negro no Brasil precisou reconstruir seu espaço a partir de fragmentos, transformando o próprio corpo em território de resistência. Quando o espaço geográfico é negado, a memória ancestral torna-se o solo onde se pisa. (NASCIMENTO, 2018, p. 122).

A contribuição de Nascimento (2018) é vital para entendermos que o quilombo e o terreiro são sistemas geográficos alternativos. Enquanto o Estado colonial planeja as cidades para o controle e a exclusão dos corpos negros, o terreiro planeja o espaço para o acolhimento da força ancestral e vital. Isto significa dizer que a reterritorialização, não é apenas um fenômeno místico, mas uma resposta concreta à falta de um lugar simbólico e material. É a criação de uma rede de apoio ritual que substitui a família biológica fragmentada pelo trauma do sequestro, oferecendo uma nova casa, onde o corpo negro pode por fim se enraizar e existir plenamente.

Essa perspectiva de território-memória dialoga com as “trajetórias possíveis” descritas por Soares (2021). O autor reforça que a reterritorialização não é um evento estático, mas uma construção contínua de narrativas de autoria negra. No terreiro, o espaço geográfico torna-se um dispositivo de cura porque permite que o sujeito saia da posição de objeto do desterro para tornar-se protagonista de um território transposto, onde sua história e sua ancestralidade são a base do solo onde se pisa.

Nesse fundamento, Muniz Sodré (2021) entende que o terreiro é uma tecnologia de continuidade que institui uma lógica do lugar, onde a proximidade física e o hálito do outro são o remédio para o isolamento do banzo. O terreiro funciona como um núcleo civilizatório que devolve o chão negado, se o banzo levava o sujeito a comer terra em um gesto de desespero para tirar a própria vida, o terreiro planta o axé nessa mesma terra, devolvendo-lhe o sentido de pertencimento.

Nesse sentido, minha pesquisa de mestrado propõe investigar o terreiro como um geossímbolo sonoro e terapêutico. Partindo da tese de Marcassa (2016), que identifica no banzo um silenciamento traumático do corpo, pretendo analisar como a ocupação desse espaço em Mato Grosso do Sul - através dos tambores, das danças e do hálito compartilhado (SODRÉ, 2021) - opera a superação da “zona de não-ser” (MBEMBE, 2018). O método consistirá na análise da espacialidade sagrada como uma tecnologia de acolhimento. A hipótese central é que o terreiro oferece um chão simbólico que estanca o desejo de morte associado ao banzo

histórico, transformando o isolamento em pertencimento coletivo. Com isso, espera-se sistematizar como esses territórios de resistência em Campo Grande reconfiguram a saúde mental da população negra por meio da reterritorialização existencial.

2.4 Epistemologias de cura: O enegrecimento do cuidado

O diálogo entre os saberes tradicionais e a academia permite uma nova forma de acolhimento. Santos (2019) propõe que:

O enegrecimento da Psicologia e do cuidado passa pelo reconhecimento dos saberes de terreiro como tecnologias de saúde. O acolhimento, a comunidade e a ancestralidade presentes no Candomblé oferecem respostas subjetivas que as instituições ocidentais muitas vezes ignoram. Ao entrar no terreiro, o indivíduo é convidado a ressignificar sua história, saindo da lógica do desamparo colonial para uma lógica de pertencimento ancestral. (SANTOS, 2019, p. 161).

Esse enegrecimento do cuidado converge com a tese de Marcassa (2016) sobre a necessidade de uma clínica que escute o banzo. Ao reconhecer o terreiro como tecnologia de saúde, admite-se que a cura não é apenas o silenciamento de um sintoma, mas a restituição da voz e do movimento que o colonialismo tentou paralisar. No escopo desta pesquisa, as epistemologias de cura de matriz africana são lidas como o contraponto necessário ao desamparo subjetivo.

A resistência ao banzo e ao epistemicídio também encontra lugar no pensamento de Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo. Para ele, a colonização é um processo de adestramento que tenta substituir a biointeração (a relação harmônica com o meio) pelo desenvolvimento (que ele lê como um processo de desenraizamento). Bispo propõe que os quilombos e terreiros não são lugares de isolamento, mas de envolvimento.

Enquanto o banzo é o resultado de uma cosmocracia rompida - onde o ser humano é arrancado de sua terra e de seus deuses -, a vida comunitária quilombola opera na lógica da circularidade. No pensamento de Bispo (2007), a cura não é um

evento individual, mas um modo de significar a existência em relação com o território e com os ancestrais. O terreiro, sob esta ótica, é o espaço onde se pratica a confluência : o encontro de trajetórias que foram dispersas pela diáspora, mas que se reúnem para celebrar a vida no aqui e agora, sem a dívida simbólica do pecado cristão, focando na alegria como uma categoria metafísica de conexão com o real.

Este enegrecimento do cuidado desafia a hegemonia das ciências ocidentais que, historicamente, trataram as espiritualidades de matriz africana como folclore, e este deslocamento é um ato de justiça. O terreiro funciona como um local onde a cura é coletiva e inseparável da reconstrução da identidade racial. As casas de Candomblé, portanto, funciona como um reintegrador da subjetividade negra partida pelo trauma colonial.

A partir de Lélia Gonzalez (2020) e Abdias do Nascimento (2002), compreendemos que o "axé" é uma energia vital que reintegra o sujeito à sua totalidade humana. Quando o terreiro ativa seus sistemas simbólicos, onde o corpo que antes era marcado apenas pelo estigma do racismo passa a ser o veículo da força ancestral.

Dessa forma, os resultados esperados desta investigação de mestrado buscam evidenciar como o axé opera na produção de novas subjetividades. A partir das “trajetórias possíveis” traçadas por Soares (2021), a hipótese é que o enegrecimento do cuidado no terreiro rompe com a circularidade do trauma, transformando a dor da diáspora em potência política e psíquica. Pretende-se demonstrar que o Candomblé em Mato Grosso do Sul, ao ativar seus sistemas simbólicos, oferece um modelo de cuidado que as instituições ocidentais não conseguem alcançar: uma cura que é, simultaneamente, individual, coletiva e ancestral. Assim, espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento de práticas de saúde mental que respeitem e integrem a biointeração e a confluência como fundamentos de vida.

2.5 Caminhos Metodológicos: A Etnografia como Escuta e Presença

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Para responder ao desafio de investigar as subjetividades negras e o banzo, esta pesquisa de mestrado fundamenta-se no método etnográfico. Como propõe a antropologia contemporânea, a etnografia constitui-se como uma experiência de "estar lá" e "escrever com" (CLIFFORD, 2011), onde o pesquisador se coloca como um instrumento de escuta sensível. No contexto dos terreiros do Mato Grosso do Sul, a investigação envolverá a observação participante e a realização de entrevistas narrativas, focando naquilo que Marcassa (2016) identifica como a dimensão sonora e vibrátil da existência.

A escolha pela etnografia justifica-se pela necessidade de acessar o nó na garganta através da convivência ritual. Diferente de uma análise puramente documental, o fazer etnográfico permite captar as trajetórias possíveis (SOARES, 2021) que se manifestam no cotidiano do axé: no preparo das folhas, no toque do atabaque e nos silêncios do recolhimento. O objetivo metodológico é realizar uma descrição de como o Candomblé reconfigura o tempo e o espaço, transformando o trauma da diáspora em fundamento de vida. Pretende-se, assim, que a fase de campo resulte um mapeamento das tecnologias de cura e resistência subjetiva presentes nas comunidades de terreiro locais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar esta jornada reflexiva sobre o banzo e o Candomblé é, fundamentalmente, “fechar o corpo” de uma investigação que toca as feridas mais profundas da diáspora negra. Ficou demonstrado que o banzo não pode ser lido sob a ótica da patologia, ele é o sintoma de uma humanidade que se recusa a ser silenciada. Se a diáspora impôs a desposseção, a resistência negra ergueu terreiros como tecnologias de sobrevivência ontológica e política.

Como demonstrado ao longo desta reflexão, o banzo não é um vestígio estático do passado, mas uma ferida que se atualiza na falta de espaços de escuta. Dialogando com Marcassa (2016), compreende-se que a cura passa pela restituição

da potência da voz e do corpo, desafiando o silenciamento imposto pela lógica colonial.

A grande síntese deste estudo é que o terreiro atua nesse processo ao possibilitar a retomada de elementos historicamente negados, como o nome ancestral, a linguagem ritual e o pertencimento coletivo. Ao integrar saberes de Ketu, Angola e Jeje, o Candomblé prova ser uma epistemologia de continuidade. Essa reterritorialização constitui o que Soares (2021) denomina como trajetórias possíveis de autoria negra. O terreiro, ao devolver o chão e a memória, permite que o sujeito desloque sua narrativa da paralisia do trauma para a afirmação da vida, transformando o desterro em um território de pertencimento e insurgência.

Concluimos que a cura é, acima de tudo, um ato de retomada do próprio destino. Este trabalho, em caráter inicial, fundamenta as bases da investigação etnográfica a ser desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMS. Pretende-se, nos próximos passos da pesquisa em Mato Grosso do Sul, aprofundar a compreensão de como esses rituais de cuidado operam como ciência e sabedoria ancestral, garantindo que a dor da travessia seja permanentemente transmutada em potência.

REFERÊNCIAS

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Quilombos, modos e significados**. Teresina: Editora Comapi, 2007. Disponível em:
http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf Acesso em: 2 mar. 2026.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Organização de José Reginaldo Santos Gonçalves. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. Disponível em:
https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/A-Experi%C3%A2ncia-Etnogr%C3%A1fica_Antropologia-e-Leitura-no-S%C3%A9c.-XX_Sobre-a-Autoridade-Etnogr%C3%A1fica-James-Clifford1.pdf Acesso em: 10 mar. 2026.

CORRÊA, Aureanice de Mello. O terreiro de candomblé: uma análise sob a perspectiva da geografia cultural. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

1, p. 51-62, 2006. Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/12620/9798> Acesso em: 26 mar. 2026.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível

em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mas_caras_brancas.pdf. Acesso em: 14 mar. 2026.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: 34, 2001.

Disponível em: https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/b58_ad30.pdf Acesso em: 26 mar. 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em:

<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf> Acesso em: 15 mar. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARCASSA, Mariana Pedrosa. **Sons de banzo**. 2016. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Antofágica, 2018.

MOTA, Bruno Correia da. **Na teia do racismo: trauma coletivo e complexo cultural... marcas do Brasil negro!** 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em:

<https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/14532/3/2019%20-%20Bruno%20Correia%20da%20Mota.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas (as) distâncias**: poemas, ensaios e conferências. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro: Ogum's Toques Negros, 2018. Disponível em:

<https://criola.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Alex-Ratts-Bethania-Gomes-Beatriz-Nascimento-2015-Todas-as-dista%CC%82ncias.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2026.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735-761, dez. 2008. Disponível em:

https://www.fundamentalpsychopathology.org.br/wp-content/uploads/2019/10/revistas/volume11/n4suplemento/escravidao_e_nostalgia_no_brazil_o_banzo.pdf. Acesso em: 19 mar. 2026.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. O enegrecimento da Psicologia: Indicações para a formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe, e222113, p. 159-171, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/Phjf88DnyttFSHMNxcMWLJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

em: 26 mar. 2026.

SOARES, Diego Carvalho de Oliveira. **As trajetórias possíveis do banzo:** desdobramentos em narrativas de autoria negra. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17210>. Acesso em: 26 mar. 2026.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 2021.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná